

ter sido devastador para a comunidade gay, encontrou as suas organizações em estágio avançado de amadurecimento político. Essas organizações desenvolveram as primeiras ações educativas e assistenciais relativas à AIDS naquele país, assim como denunciaram a falta de envolvimento governamental. Contudo, passaram por um progressivo processo de conservadorização das percepções sobre a sexualidade e de burocratização que tendiam a eliminar a participação comunitária da tomada das decisões. É nesse contexto que surge o ACT UP, inaugurando um ativismo mais radical e denunciando de forma incisiva a ausência de respostas efetivas à epidemia. O ACT UP viveu uma fase áurea e de muitos ganhos, notadamente no campo da ampliação do acesso a medicamentos e desenvolvimento da pesquisa sobre a doença. Entretanto, diferentes fatores – maior disposição do governo federal em negociar, esgotamento das estratégias de confronto, dissensões e divisões internas etc. – conduziram ao declínio desse tipo de ativismo em geral e das suas atividades em particular.

Considerado em seu conjunto, pode-se dizer que *No Name Fever: AIDS in the Age of Globalization* apresenta algumas deficiências. Uma delas é a falta de organicidade de alguns textos que, ao discutirem inúmeras questões, perdem o foco do que seria o seu objeto. Uma outra se refere à ausência de um grau satisfatório de diálogo entre os capítulos, algo essencial para dar maior potência explicativa ao livro como um todo. Se a idéia era produzir uma coletânea que examinasse a AIDS no estágio atual da globalização – com tudo que ela produz de homogeneização, mas também permite de diferenciação – era imprescindível a utilização de uma perspectiva comparativa que indicasse em que momento as diversas experiências examinadas se aproximam das grandes tendências e em que momento elas, em razão das especificidades regionais, assumem características mais diferenciadas. Essa limitação é agravada por uma constante repetição de dados já conhecidos no conjunto dos textos da coletânea.

Vale salientar que essa última característica não é exclusiva do livro aqui em análise. Ao contrário, ela tem marcado muito da produção científica sobre a AIDS no Brasil e no mundo no campo das ciências sociais e humanas. Como argumentei em outros escritos^{2,3}, em torno da epidemia foi construído um “campo científico” nos termos em que Bourdieu⁴ entende esta expressão. Tal campo definiu a divisão de poderes entre diferentes agentes, distribuição de recursos, assim como verdades e mentiras sobre ela. Definiu também a agenda de pesquisa, os marcos conceituais e históricos e as formas de indagar esse objeto as quais parecem ter se fixado no campo com tal força que inibem a produção de novos conhecimentos. *No Name Fever: AIDS in the Age of Globalization* mostra que em grande medida esse quadro permanece o mesmo, roubando o que, paradoxalmente, era uma das mais vivas promessas intelectuais trazidas pela epidemia: a possibilidade de contínua reflexão (e não reprodução tautológica) sobre os nossos dilemas sociais, políticos, sexuais, econômicos etc.

O HIV e a AIDS continuam a assolar o mundo de forma devastadora, gerando mortes físicas, desesperanças, medo e aflição. Continuam a gerar também formas de solidariedade que, em mutação, podem sempre ser aperfeiçoadas. Para tanto é necessário manter viva na memória coletiva que a luta anti-AIDS está longe de acabar, que as imagens as mais aterrorizantes da doen-

ça continuam a circular e que milhares de vida estão sendo ceifadas. Se o livro aqui em análise, a despeito das suas limitações, ao reiterar temas relevantes sobre o sofrimento causado por essa doença, puder contribuir para isso, terá a sua publicação justificada.

João Bôsko Hora Góis
Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.

1. Mann J, Tarantola DJM, Netter TW, organizadores. *AIDS no mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 1993.
2. Góis JBH. Reabrindo a “caixa-preta”: rupturas e continuidades no discurso sobre Aids nos Estados Unidos (1987-98). *Hist Ciênc Saúde-Manguinhos* 2002; 9:515-33.
3. Góis JBH. Novas reflexões sobre a Aids? *Hist Ciênc Saúde-Manguinhos* 2005; 12:585-9.
4. Bourdieu P. *Language and symbolic power*. Cambridge: Harvard University Press; 1991.

ABORDAGEM ECOSISTÊMICA EM SAÚDE: ENSAIOS PARA O CONTROLE DO DENGUE. Augusto LGS, Carneiro RM, Martins PH, organizadores. Recife: Editora Universitária da UFPE; 2005. 382 pp.

ISBN: 85-73152-71-0

O dengue é uma doença infecciosa que possui uma causa bem definida: a transmissão de um vírus aos seres humanos por mosquitos do gênero *Aedes*. Existe, em conseqüência, uma solução óbvia: erradicar os mosquitos responsáveis pela transmissão por meio de pesticidas. Esse é o paradigma do controle do dengue, baseado na relação linear entre causa e efeito, que é habilmente desmontado ao longo do livro *Abordagem Ecosistêmica em Saúde: Ensaios para o Controle do Dengue*, para dar lugar a uma visão complexa das relações entre o ambiente e a saúde que abre a porta para o desenvolvimento de soluções integradas e participativas.

A abordagem ecossistêmica em saúde propõe um conjunto de metodologias e conceitos para melhor compreender as complexas interações entre os vários componentes dos ecossistemas (biofísico, sócio-econômico e cultural) e como estas interações influenciam a saúde das populações humanas. Busca ainda identificar estratégias de gestão dos ecossistemas para construção participativa de soluções integradas que promovam a melhoria da saúde e das condições de vida das populações e a sustentabilidade dos ecossistemas. A abordagem baseia-se em três pilares metodológicos: pesquisa transdisciplinar, participação do conjunto de atores envolvidos e equidade social e de gênero.

O livro traz uma coletânea de 29 artigos organizados em cinco capítulos. Os organizadores Lia Giraldo da Silva Augusto (docente e pesquisadora titular do Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz), Rosa Maria Carneiro (professora adjunta de Pós-graduação em Medicina Tropical e em Saúde Coletiva, Universidade de Pernambuco) e Paulo Henrique Martins (docente do Departamento de Sociologia, Universidade Federal de

Pernambuco), souberam atrair numerosos colaboradores, tanto pesquisadores, quanto gestores, brasileiros e estrangeiros, em torno de uma visão unificadora sobre a construção de um novo modelo sistêmico de controle do dengue.

O capítulo I, *Contribuições Conceituais e Metodológicas para Repensar o Modelo Clássico de Controle do Dengue*, traz as bases do pensamento complexo na saúde pública e apresenta alguns dos princípios da abordagem ecossistêmica. Aborda a avaliação e descentralização dos programas e serviços de saúde, a utilização da categoria espaço na análise do processo saúde-doença e os desafios associados à necessária aproximação entre conhecimentos científicos e política de controle de doenças transmitidas por vetores.

No capítulo II, *História e Crítica do Modelo Clássico – Perspectiva Ecossistêmica*, os autores apresentam o histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil e demonstram que o modelo clássico de controle do dengue, que prioriza o uso de pesticidas, ao mesmo tempo que é ineficaz para combater larvas e adultos do inseto, constitui uma ameaça de contaminação generalizada do ambiente e de exposição dos seres humanos com importantes riscos para a saúde. Defendendo uma mudança de paradigma, os autores propõem a substituição do modelo químico dependente por um modelo de ação baseado na abordagem ecossistêmica, descentralizado e participativo, que integra educação contínua, vigilância epidemiológica e entomológica, além da intervenção ambiental atuando simultaneamente em diversas frentes.

O capítulo III, *Contribuições Entomológicas para Abordagem Integrada*, traz os mais importantes parâmetros que caracterizam a dinâmica vetorial do dengue e apresenta idéias inovadoras para a vigilância entomológica e o controle integrado das larvas e adultos do mosquito, abordando inclusive o controle biológico. São apresentados também os resultados de um projeto de pesquisa fruto da colaboração entre as Universidades do Uruguai e da Argentina, e financiado pelo Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional (IDRC) do Canadá. Entomólogos, biólogos, antropólogos, assistentes sociais, arquitetos e geneticistas trabalham com as comunidades e os poderes públicos visando à promoção de uma abordagem preventiva para diminuir o risco de transmissão do vírus do dengue. Os autores apostam na integração entre pesquisa transdisciplinar, educação e participação para garantir a sustentabilidade das medidas preventivas baseadas na compreensão sistêmica das relações entre ambiente e saúde humana.

O capítulo IV, *Riscos Químicos e Controle de Pragas Urbanas*, chama a atenção para os riscos para a saúde humana associados ao uso generalizado de substâncias químicas para o combate às pragas. Os autores alertam para as características carcinogênicas dos compostos químicos utilizados para o combate ao mosquito do dengue e para os efeitos da intoxicação aguda e crônica sobre o sistema nervoso central. Dois artigos tratam da exposição dos trabalhadores que atuam nos programas de endemias vetoriais. O primeiro analisa o conjunto de elementos bio-socioambientais e ocupacionais que configuram o contexto e as causas da exposição do trabalhador, enquanto que o segundo descreve as ações de saúde ocupacional voltadas para os trabalhadores em situação de risco diante da exposição aos praguicidas. Os estudos desse capítulo são unânimes quanto a

urgente necessidade de desenvolver pesquisas sobre os determinantes da exposição a substâncias químicas no Brasil e seus efeitos sobre a saúde humana.

O capítulo V, *Experiências Empíricas e de Gestão de Controle do Dengue na Perspectiva da Vigilância Ambiental e Abordagens Integradas*, apresenta os sucessos, mas também os desafios e dificuldades, de diversas experiências de controle integrado do dengue nas cidades de Recife e Campinas e, em Cuba, no Município do Cotorro e na cidade de Havana. Três textos tratam ainda, respectivamente, da seleção de indicadores para o controle do dengue, da necessária reformulação da idéia de família-domicílio utilizada nos programas de controle de dengue para o conceito de redes sociais, e da tradução dos conceitos da linguagem científica para popular por meio da arte. O epílogo fecha a obra por meio de uma síntese defendendo uma profunda mudança do modelo de controle do dengue.

Alguns temas transversais que conferem uma unidade ao livro e estabelecem importantes ligações entre os artigos dos diversos capítulos merecem ser destacados. Vários artigos abordam o Sistema Único de Saúde (SUS), que foi conformado inicialmente na VIII Conferência Nacional de Saúde (1986) e na *Constituição Federal* brasileira de 1988 e norteia as ações em saúde das três esferas do governo, nos níveis federal, estadual e municipal. Estabelece-se um interessante paralelo entre a abordagem ecossistêmica, integrada, participativa e com foco na equidade social e os conceitos fundadores do SUS – universalidade, equidade e integralidade com controle social. Firma-se assim o potencial deste livro para contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas em saúde no Brasil.

A participação das populações locais nos processos de pesquisa e nas ações de controle do dengue é constantemente tratada ao longo do livro. Diversos artigos argumentam que é necessário mudar o foco da participação do nível da família-domicílio para o nível da família como rede social, incorporando além das relações de consangüinidade, as alianças e laços de amizade, trabalho e vizinhança. Os autores argumentam que é por meio de uma atuação integrada, envolvendo as múltiplas redes sociais, que se viabiliza uma eficiente ação coletiva para controlar a proliferação dos mosquitos no nível do bairro ou da comunidade. É também destacada a importância de envolver no controle do dengue agentes de saúde que sejam moradores do bairro onde trabalham, facilitando assim os contatos com a comunidade e as ações de vigilância, para que se enraizem nas diversas redes sociais existentes. Além disso, os autores defendem que a participação social não seja limitada aos moradores, responsabilizados por ordenar o ambiente doméstico. Deve também estar envolvidos os diversos setores privados e públicos responsáveis pela gestão de áreas que podem oferecer as condições para a proliferação dos mosquitos.

A necessária aproximação entre os pesquisadores e os gestores para a promoção da apropriação do conhecimento científico pela política de saúde é também tema recorrente no livro. O desenvolvimento de um plano de controle integrado para o controle do dengue requer conhecimentos científicos construídos transdisciplinarmente sobre os modos e mecanismos de transmissão do vírus, sobre o vetor nos diferentes ecossistemas, sobre as populações afetadas e sobre a ecologia do território onde existe o risco de transmissão. Por meio de numerosos exemplos e experiências,

o livro inicia um diálogo entre pesquisadores, controle social e gestores e fornece pistas para a formulação e implementação de políticas públicas de saúde.

Porém, para que o livro pudesse aprofundar esse diálogo entre pesquisadores e gestores e atuar como uma eficiente alavanca para estimular pesquisas e políticas públicas integradas, uma síntese que traçasse com clareza as bases conceituais e as estratégias metodológicas da abordagem ecossistêmica teria sido muito bem-vinda. Ofereceria para os pesquisadores e os gestores envolvidos no estudo e controle de outras doenças que possuem também nas condições sociais e ambientais os seus determinantes, uma oportunidade para vislumbrar o aporte desta abordagem para se construir de maneira participativa soluções integradas baseadas na gestão ambiental que sejam capazes de melhorar a saúde e a qualidade de vida das populações.

O dengue não tem uma causa única, tem um contexto complexo, ou seja, um conjunto de condições sociais e ambientais que possibilitam a transmissão de diversas variedades do vírus por mosquitos. Em consequência, o controle do dengue requer a formulação e implementação de soluções integradas que levem em consideração as inter-relações entre os fatores ambientais, sociais, culturais, econômicos e que envolvam os diversos atores sociais, populações locais, pesquisadores e gestores de diversas áreas. Essa é a mensagem fundamental deste importante livro.

Frédéric Mertens
Núcleo Brasileiro da Comunidade de Prática sobre a Abordagem
Ecosistêmica em Saúde Humana: As Substâncias Tóxicas na
América Latina e no Caribe, Centro de Desenvolvimento
Sustentável, Universidade de Brasília.
fmertens@unb.br